

**INSTRUMENTO CONVOCATORIO DE SELEÇÃO PÚBLICA DE FORNECEDORES
Nº 90012/2026**

A COMISSÃO DE SELEÇÃO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA, designada pela Portaria nº 019/2025 – DE, de 19 de setembro de 2025, doravante denominada COMISSÃO DE SELEÇÃO, informa que está aberto processo de SELEÇÃO PÚBLICA ELETRÔNICA DE FORNECEDORES, tipo menor preço, **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA**. Tal processo será regido pelo Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014 e legislação complementar aplicável e pelas condições estabelecidas no presente instrumento **e por não haver módulo específico para esta modalidade utilizaremos o módulo de Pregão Eletrônico para operacionalizar o certame.**

Disponível em: Serviços do Fornecedor na última opção: Dispensa/Licitação Eletrônica Novo

Requisição: 6352/2026

SEÇÃO 1- INFORMAÇÕES GERAIS

Instrumento de Seleção Publicação de Fornecedoros Nº 90012/2026

FORMA: ELETRÔNICA

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO DATA E HORÁRIO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: da publicação do instrumento até às 10:00 horas do dia 14/05/2026. (horário de Brasília)

DATA E HORÁRIO DE DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: a partir das 10:00 horas do dia 14/05/2026. **ATRAVÉS DO SITE:** www.comprasgovernamentais.gov.br colocar o acesso modulo de Pregão Eletrônico

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília.

SEÇÃO II – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto desta seleção **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA**, conforme especificações técnicas constante no Termo de Referência constantes dos **Anexos I** deste Instrumento Convocatório.

2.2. O Instrumento Convocatório, juntamente com os anexos, estará disponível nos sites www.comprasnet.gov.br e www.fadesp.org.br, sendo que os interessados deverão ler atentamente todo o Instrumento Convocatório e seus anexos bem como acompanhar o andamento no site da www.comprasgovernamentais.gov.br

modulo de Pregão Eletrônico, **sendo ônus do interessado acompanhar o andamento do processo de seleção.**

SEÇÃO III- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste processo de seleção as empresas que:

3.1.1. Comproven o atendimento às condições de habilitação deste Instrumento Convocatório e de seus anexos;

3.1.2. Estejam devidamente credenciadas, por meio do endereço eletrônico

3.2. Não poderão participar deste processo de seleção:

3.2.1. Empresas que se encontrem em regime de concordata ou com falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução e liquidação, em recuperação judicial ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.2.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Município ou do DF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

3.2.3. Empresas que estejam suspensas ou impedidas de contratar com a FADESP;

3.2.4. De servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante ou responsável pela seleção.

3.2.5 Empresas qual possua administrador ou sócio com poder de direção que mantenha relação de parentesco, inclusive por afinidade até o terceiro grau com dirigente da Fundação, da UFPA, PCT Guamá.

Seção IV- DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, as empresas interessadas em participar deste Processo Seletivo deverão dispor de chave de identificação e de senha, obtidas junto ao Portal Comprasnet (endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do fornecedor, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Fadesp e, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3. A SLTI/MPOG atuará como órgão provedor do sistema eletrônico de RDC.

SEÇÃO V - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

5.1. Os pedidos de esclarecimentos ao instrumento convocatório devem ser apresentados no prazo mínimo de até 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão de lances.

5.1.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento Convocatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos previstos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do órgão ou entidade.

5.1.1. Os pedidos de esclarecimento sobre o processo de seleção deverão ser enviados a Comissão de Seleção, exclusivamente, por meio eletrônico no endereço sli@fadesp.org.br.

5.2. O pedido deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:

5.2.1. Número do Instrumento Convocatório;

5.2.2. Nome, e-mail e telefone da empresa;

5.2.3. Nome do signatário;

5.2.4. Razões dos esclarecimentos.

5.3. Caberá à Comissão de Seleção, receber e responder os pedidos de esclarecimentos.

5.4. O prazo para que a Comissão de Seleção possa decidir sobre o esclarecimento é de 1 (um) dias úteis, podendo o certame ser suspenso para análise do pedido.

SEÇÃO VI- DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A empresa deve atender integralmente aos Anexos I, II e III deste Instrumento Convocatório;

6.2. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3. Incumbirá, ainda, ao interessado acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Processo de Seleção, na forma eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. Após a divulgação do Instrumento Convocatório, no endereço eletrônico, os interessados deverão encaminhar proposta com a descrição detalhada e o preço ofertado até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico – www.comprasnet.gov.br.

6.4.1. Após cadastro da proposta no Comprasnet, e até a data marcada para abertura da sessão pública, os interessados poderão apresentar, substituir ou retirar sua proposta do do portal www.comprasgovernamentais.gov.br

6.4.2 Deverá ser preenchido o campo das declarações solicitadas no portal www.comprasgovernamentais.gov.br

6.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Instrumento Convocatório e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

6.7. O preço proposto, seja através da apresentação da proposta ou na forma de lances, será de exclusiva responsabilidade do interessado, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Presidente, ocasião em que será analisada a aplicabilidade de penalidades.

6.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Comissão de Seleção e os interessados ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via “chat”, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.10. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores concorrerão com a apresentação, na forma eletrônica e por meio do sítio Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br), de lances públicos, sucessivos e decrescentes.

6.10.1. Iniciada a fase competitiva, o fornecedor somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

6.10.2. Será admitida a apresentação de lances intermediários durante a disputa. Serão considerados intermediários os lances cujos valores forem iguais ou superiores ao menor já ofertado **e inferiores ao último lance que tenha sido ofertado e registrado no sistema pela própria licitante;**

6.11. O sistema informará o valor mínimo entre os lances que corresponderá a 1% (um por cento) da diferença entre os valores das duas propostas de maior vantagem classificadas para a etapa competitiva.

6.12. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do interessado, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.12.1. Decorrido o prazo fixado, a Comissão de Seleção encerrará a fase de lances.

SEÇÃO VII- DO DIREITO DE PREFERÊNCIA PREVISTO NO DECRETO

7.1. Neste processo de seleção será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação de empresa para fornecimento dos equipamentos na seguinte ordem:

I – produzidos no País;

II – produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e
III- produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e em desenvolvimento de tecnologia no País.

7.2. Será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas, em caso de empate ficto, conforme prevê a Lei Complementar 123/2006, entendendo como empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor, observadas as normas legais.

7.3. A ME e/ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.4. Não ocorrendo a contratação da ME e/ou EPP, na forma prevista no sub-item anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e/ou EPPs, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

SEÇÃO VIII- DO ENVIO DA PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS APÓS A FASE DE LANCES

8.1. A proposta vencedora bem como os documentos de habilitação neste instrumento solicitado, depois de ajustada ao último lance ofertado, deverá ser anexada no sistema no prazo máximo de 02 (duas) horas contados do final da Sessão Pública (Fase de lances), conforme convocação de anexos exclusivamente via sistema, podendo, a critério da Comissão de Seleção, convocar mais de uma empresa após o término da disputa dos lances, a apresentar propostas seguindo a ordem crescente de classificação para serem analisadas de uma só vez, otimizando perdas de tempo caso o menor preço não atenda ao instrumento, tendo estas o mesmo prazo de uma hora para envio após a convocação.

8.1.2. Se a proposta não for enviada dentro do(s) prazo(s) determinado(s) será desclassificada.

8.2. A proposta deverá ser apresentada, conforme modelo de Proposta constantes do Anexo II .

8.3. Declarar o prazo de validade da proposta, que não o deve ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos contados da data de sua apresentação;

8.4. Declarar nome da instituição bancária, número da agência e da conta através da qual deverá ser efetuado o pagamento, caso o fornecedor seja o vencedor do certame;

8.5 Declarar na proposta os seguintes dados do fornecedor: Razão Social, endereço, telefone/Fax, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento, endereço eletrônico (e-mail), este último se

houver, bem como, nome, estado civil, profissão, CPF/MF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo do responsável na empresa;

8.6. Declarar o prazo para entrega do objeto da seleção, não podendo ser superior a 30 (trinta) dias corridos, a partir do envio da Ordem de Fornecimento ao Contratado na forma eletrônica;

8.7. Declarar expressamente na proposta o LOCAL DE ENTREGA do veículo, onde somente será aceito a região a de **Soure/PA**:

- Mediante agendamento e com o Almoxarifado Central do Município no endereço abaixo especificado ou por ele determinado;
- Universidade Federal do Pará – Campus Soure/PA
- Telefone para Contato nº +33 7 84 41 43 28 – c/ Paula Arruda

8.8 Indicar a marca e modelo (e/ou REFERÊNCIA) bem como a descrição detalhada das características e dos opcionais do veículo ofertado, observando as especificações mínimas exigidas no Anexo I (Termo de Referencia) acompanhada do (s) respectivo(s) prospecto(s) folder(s) ou outras informações fornecidas pelo fabricante do veículo.

8.9 – Indicar prazo de garantia do veículo contra defeitos de fabricação que não poderá ser inferior a **24 (vinte e quatro) meses**, indicar que o prazo de garantia terá início a partir da data do recebimento definitivo pela Coordenação no local de entrega indicado neste edital.

8.10 - Declaração, ou documento equivalente, fornecida pelo fabricante do veículo, comprovando a existência de sociedade empresária autorizada para prestar assistência técnica em **Belém/PA**.

8.11 - Todos os demais equipamentos e acessórios de segurança exigidos pelo CONTRAN;

8.12 - Apresentar catálogo, folder ou especificações técnicas exclusivamente do site do fabricante para o veículo cotado na proposta indicando cada item da proposta, não sendo permitido catálogo adulterado ou copiado para o word sob pena de sanções para tal ato;

8.13 – O veículo objeto desta seleção deverá ser substituído quando apresentar qualquer defeito que não for passível de manutenção, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a partir do contato feito pela FADESP, dentro do período de garantia do produto especificado no termo de referência.

8.14 – No preço proposta deverá estar incluso o serviço de licenciamento e emplacamento, além de todos os impostos, encargos, frete para a entrega no Município de Soure/PA.

SEÇÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. A Comissão de Seleção poderá encaminhar contraproposta diretamente ao fornecedor que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, bem como a qualidade do produto certificado.

9.2 A Comissão de Seleção da FADESP sempre poderá negociar condições mais vantajosas com o interessado mais bem classificado, e com os demais

participantes da seleção pública, respeitada a ordem classificação inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação for desclassificado por sua proposta permanecer acima do orçamento estimado.

SEÇÃO X- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O interessado que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

10.2. As propostas serão julgadas com base no **critério de menor preço**.

10.3. Serão consideradas quaisquer ofertas ou vantagens previstas no Instrumento Convocatório, ou preço ou vantagem baseados em propostas de outros fornecedores.

10.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) omitirem ou descumprirem quaisquer das exigências do presente Instrumento Convocatório, sempre observado o princípio da razoabilidade;
- b) as propostas com valor global superior ao estimado pela FADESP;
- c) **que apresentem preços inexequíveis,** assim considerados, valores unitários e/ou global inferiores a 70% do correspondente valor orçado pela Administração;

10.5. Na análise da proposta de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

10.6. A Comissão de Seleção poderá solicitar parecer técnico da Comissão Técnica devidamente designada para classificar a proposta apresentada;

10.7. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais de propriedade do fornecedor, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.8. Se a proposta não for aceitável ou se o fornecedor não atender às exigências de habilitação, a Comissão de Seleção examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Instrumento Convocatório.

10.9. Analisada a aceitabilidade do preço obtido, a Comissão de Seleção divulgará o resultado do julgamento das propostas de preços.

SEÇÃO XI- DA HABILITAÇÃO

11.1. Como requisitos de habilitação, após encerrada a etapa de aceitação da proposta, os fornecedores que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal, Qualificação Econômico-Financeira, técnica sendo ainda que, mesmo esteja cadastrado no SICAF e em situação regular devem ser encaminhados aqueles documentos que não se

encontram no SICAF e estão listados abaixo juntamente com os demais documentos conforme segue:

11.1.1. Habilitação jurídica:

- a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- b) em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) no caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) Emitir declaração de que não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela Administração Pública.

11.1.2. Regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

11.1.3. Qualificação Técnica

- a) Atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, comprovando que a empresa forneceu equipamentos compatíveis em quantidades e características com o objeto desta Seleção;

11.2 Apresentar declaração de Regularidade Trabalhista comprovada através da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista), ver Lei 12.440/2011.

11.3 Apresentar consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU no site <http://www.portaltransparencia.gov.br> e comprovando a inexistência de registros impeditivos será habilitada.

11.4 Apresentar consultas da empresa que constem do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.5. Os fornecedores que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, de acordo com as diligências da Comissão de Seleção.

11.6. Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, serão visualizadas e impressas as declarações cadastradas no sistema COMPRASNET.

11.7. Todos os documentos deverão estar em nome do fornecedor, no caso da qualificação técnica. Se o fornecedor for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

11.8. Caso o interessado mais bem classificado, não atenda as exigências de habilitação, a Comissão de Seleção da Fadesp irá convocar os demais participantes, na ordem de classificação, para apresentar a documentação necessária a habilitação.

11.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à administração convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

11.10. No julgamento da habilitação, a Comissão de Seleção de Fornecedores poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

11.11 Em se tratando de participante empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes;

SEÇÃO XII- DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata e motivada em campo próprio do Sistema Eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

12.2. A Comissão de Seleção examinará a intenção de recurso aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, com a indicação em campo próprio do Sistema.

12.3. Será concedido ao fornecedor que tiver a sua manifestação de intenção aceita, o **prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso**, sendo-lhe assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. O processo ficará na Fadesp – no setor de Licitação e poderá ser franqueado ao interessado com acompanhamento de membro da comissão de seleção da Fadesp para extração das cópias que considerar necessárias.

12.4. Os demais fornecedores ficam, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões no mesmo prazo, a contar do término do prazo do fornecedor vencedor recorrente, sendo-lhes assegurada vista aos autos.

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XIII- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Não havendo recurso, a Comissão de Seleção encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicação do objeto do Processo Seletivo à empresa declarada vencedora e homologação do processo seletivo.

13.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

SEÇÃO XV - DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será feito, por meio de crédito em conta corrente do favorecido, até o 07º (sétimo) dia útil do mês àquele a que se referir à entrega, a contar do certificado de que os fornecimentos foram aceitos, mediante apresentação da Nota Fiscal de venda/Fatura discriminativa respectiva Ordem de Fornecimento e, dos comprovantes de recolhimento de encargos sociais e, quando for o caso, de multas aplicadas.

15.2. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

15.3. Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei n.º 9.430, de 27/12/96, Lei n.º 9.718, de 27/11/98 e IN/CONJUNTA n.º 23, de 02/03/2001, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar as pessoas jurídicas que não apresentarem cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, de que trata a Instrução Normativa SRF n.º 75, de 26/12/96.

15.4 A Nota fiscal a ser emitida deve conter no campo informações complementares a seguinte informação para que seja realizado o pagamento: **5720 UFPA/FADESP-CRDH MARAJO (CONT 127/2024)**. Tal informação também constará na Ordem de Fornecimento encaminhada ao vencedor do certame

SECAO XVI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta do recurso do Convênio **5720 UFPA/FADESP-CRDH MARAJO (CONT 127/2024)**, Rubrica 449052 Equipamento/Material Permanente, elemento de despesa específica.

SEÇÃO XVII- DA CONTRATAÇÃO

17.1 - Homologado o resultado do Processo de Seleção de Fornecedores, será emitido na forma eletrônica ao licitante vencedor a Ordem de Fornecimento de acordo com os dados fornecidos pela empresa nos autos do processo. Se fazendo necessário, portanto, a confirmação de entrega no campo específico do sistema de compras da FADESP usando login e senha.

17.2 - A execução do Contrato, entendendo-se como tal o recebimento e cumprimento da Ordem de Fornecimento, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas normas e exigências estabelecidas neste Instrumento Convocatório e pelos princípios previstos no §2 do art 1 do Decreto 8.241 de 21/06/2014, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

17.3. A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias desde que sejam acordados entre as partes.

SEÇÃO XVIII- DAS SANÇÕES do processo.

18.1. Comete infrações, o fornecedor que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, e/ou deixar de retirar na forma eletrônica a ordem de fornecimento;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o processo ou apresentar documento falso;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do processo seletivo sem motivo justificado;
- d) não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e) fraudar o processo seletivo;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- g) não realizar ou atrasar o prazo da entrega do objeto desta contratação;

18.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos participar de processo seletivo de fornecedores com a Fadesp :
 - a.1 No caso de recusa injustificada da empresa adjudicatária em firmar o termo de contrato;
 - a.2) Caso de a empresa vencedora não regularizar a documentação relativa à regularidade fiscal;
 - b) No caso de inexecução total ou parcial das condições acordadas, a FADESP, poderá, garantida prévia defesa, ainda aplicar as seguintes penalidades:

- a) Multa moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do Contrato (Ordem de Fornecimento), por dia de atraso na entrega dos produtos que exceder o prazo previsto na proposta da licitante;
- b) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da proposta, em caso de recusa no recebimento da Ordem de fornecimento;
- c) Multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor da proposta em caso de inviabilidade da assinatura do contrato (recebimento da Ordem de Fornecimento), por culpa da empresa vencedora;
- d) Multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor da proposta pelo não cumprimento dos requisitos de habilitação, no momento da emissão da Ordem de Fornecimento;
- f) rescisão do Contrato com as consequências previstas na legislação vigente

18.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

18.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta de contrato.

SEÇÃO XIX- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a FADESP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de seleção.

19.2 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo de seleção.

19.3 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Seleção.

19.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada à sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão de Seleção em contrário.

19.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento Convocatório e seus Anexos, excluir-se á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na FADESP.

19.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do fornecedor, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de processo de seleção.

19.7 As normas que disciplinam este processo de seleção serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

19.8. Da sessão pública será lavrada ata, registrada e disponibilizada por meio do módulo de Pregão Eletrônico do Comprasnet, através do sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

19.8.1. Na ata constará registrado todos os atos praticados na sessão pública, tanto pela Comissão de Seleção quanto pelos fornecedores que registraram proposta no sistema, do julgamento das propostas, das negociações, da análise da documentação de habilitação da(s) vencedora(s) e do(s) recurso(s) interposto(s), se for o caso.

19.10. É facultado a COMISSÃO ou à autoridade superior, em qualquer fase do processo de seleção, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada ao fornecedor a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da PROPOSTA DE PREÇOS ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

19.10.1. Os fornecedores intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela COMISSÃO ou à autoridade superior, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do fornecedor, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

19.12. As normas que disciplinam este processo de seleção serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os fornecedores, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.13. No julgamento da habilitação e das PROPOSTAS DE PREÇOS, a COMISSÃO poderá sanar erros e falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.14. Quaisquer informações, com relação a este Instrumento Convocatório e seus Anexos, poderão ser obtidas através do endereço eletrônico sli@fadesp.org.br, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet (www.comprasnet.gov.br) ou no site da Fadesp www.fadesp.org.br

19.15. Todas as informações, atas e relatórios pertinentes ao presente processo de seleção serão disponibilizadas no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço www.comprasnet.gov.br.

19.16. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Instrumento Convocatório ou o Contrato vinculado a esta seleção, o fornecedor deve se subordinar ao foro da Justiça Comum, Seção Judiciária de Belém/PA, Subseção Judiciária, com exclusão de qualquer outro.

Seção XX- Anexos

20.1. São partes integrantes deste instrumento convocatório:

20.1.1. Anexo I- Termo de Referência;

20.1.2. Anexo II- Modelo de Proposta Comercial;

20.1.3. Anexo III – Minuta de Contrato.

Belém, 29 de abril de 2026

PAULA ROBERTA DE C MONTEIRO
Comissão de Seleção Pública

DARCIANE CALDAS LELIS
Comissão de Seleção Pública

SANDRA MARIA N. ANDRADE
Comissão de Seleção Pública

MICHELLY DE LIMA BAIA
Comissão de Seleção Pública

RAQUEL DE SOUZA LIMA
Comissão de Seleção Pública



Fadesp

FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

O presente objeto tem por finalidade aquisição de **01 (UM) automóveis 4x4 – veículo automotor** para ser utilizado como meio de transporte ao serviço prestado pelo Projeto 5720, referente ao Contrato nº 127/2024-Fadesp.

2. JUSTIFICATIVA:

A atuação do CRDH Marajó demanda deslocamentos frequentes por rotas que apresentam condições adversas, incluindo estradas não pavimentadas, vias alagadas e áreas de difícil acesso, comuns à realidade geográfica do arquipélago. Um veículo com tração 4x4 é imprescindível para garantir a mobilidade da equipe em qualquer época do ano, assegurando o alcance das comunidades mais isoladas, muitas vezes localizadas em regiões de vulnerabilidade social e com escassa presença de serviços públicos.

Além de permitir o transporte seguro de servidores, equipamentos e materiais necessários para as ações itinerantes, o veículo 4x4 ampliará a capacidade de resposta do CRDH em situações emergenciais e fortalecerá a presença institucional junto à população. Trata-se de um investimento que assegura não apenas a eficiência logística, mas também a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, superando as barreiras físicas e climáticas características da região do Marajó.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD	PREÇO UNITA RIO R\$	VALO R TOTA L R\$
1	Aquisição de 01 (um) veículo automotor tipo caminhonete cabine dupla, carroceria aberta (caçamba), tração integral 4x4, zero km – Motor: 2.0 Turbo Diesel • Torque 405 Nm @ 2.000 rpm • Transmissão Automática • Potência 170 cv @ 3.500 rpm • Tração 4x4 com acionamento eletrônico, com opção de reduzida • Direção: Elétrica progressiva				



Fadesp

FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Cor branca; 04 (quatro) portas; Capacidade mínima para 05 (cinco) passageiros;			R\$ 234.438,00	
Airbags frontais; Caixa de mudança com 06 (seis) marchas à frente + ré, manual; Caçamba com capacidade mínima de 1.000 (mil) litros, com protetor de caçamba instalado; Rodas de liga leve; Pneus de uso misto (on/off road) originais de fábrica; Direção assistida elétrica; Vidros elétricos dianteiros e traseiros; Travamento automático das portas; Sistema de freios ABS com EBD; Controle eletrônico de estabilidade e tração; Ar-condicionado com regulagem quente e frio; Cintos de segurança de 03 (três) pontos em todos os assentos; Banco traseiro rebatível; Encosto de cabeça para todos os ocupantes; Ganchos para amarração de carga na carroceria; Jogo de tapetes de borracha; Alarme original de fábrica ou instalado pela concessionária, com todas as recomendações do fabricante; Sistema multimídia com tela sensível ao toque, entrada USB, Bluetooth e integração para smartphone; Câmera de ré; Faróis de neblina; Todos os equipamentos obrigatórios conforme norma em vigor do CONTRAN. Ano/modelo vigente à data da entrega. Não admitir veículos de porte inferior ao exigido, com estrutura monobloco inadequada ao uso severo, ou modelos importados que não possuam garantia de assistência técnica comprovadamente estabelecida em Belém.	Unid	01		R\$ 234.438,00

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

3.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste Termo de Referência.

3.2. Permitir que somente pessoas autorizadas pela empresa vencedora prestem assistência técnica em Belém-PA, dentro do prazo de garantia do automóvel .

3.3. Rejeitar o recebimento do automóvel que não estiver em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.4. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

3.5. Acompanhar e fiscalizar a entrega do automóvel por meio do fiscal do contrato, designado pela Administração.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1. Constatada a falha ou defeitos nos automóveis, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para sanar a deficiência e/ou substituir os automóveis, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

4.2. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução do fornecimento e todos os tributos e frete incidentes sobre o objeto deste Termo de Referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

4.3. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias que antecedem o prazo da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

4.4. Entregar os automóveis novos, zero quilômetro, ano de fabricação e modelo a partir de 2025, com as especificações e prazo de entrega exigidas nesse termo, de acordo com a marca indicada na proposta, devidamente emplacado (com taxa de licenciamento e seguro obrigatório).

4.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a obrigação do fornecimento dos automóveis, objeto deste Contrato, sem a prévia e expressa anuência da Administração.

4.6. A empresa vencedora deverá prestar assistência técnica local (na cidade de Soure-PA), dentro do prazo de garantia do automóvel (is).

5. DO FISCAL DO CONTRATO:

5.1. Serão designados os seguintes profissionais para fiscalização e gestão do objeto contratual:

- **Gestor** do Contrato: Paula Regina Benassuly Arruda
- **Fiscal** de Contrato: Carlos Alberto Batista Maciel

6. DA GARANTIA:

6.1. A CONTRATADA garantirá o bem, objeto do fornecimento, contra defeitos de fabricação pelo período de garantia do manual do fabricante, contado a partir do recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

6.2. Durante o período da garantia, a CONTRATADA substituirá as partes, conjunto ou bens defeituosos ou degradados em decorrência de falhas da fabricação, sem ônus para o CONTRATANTE, cabendo a este comunicar por escrito a constatação de defeito ou degradação.

6.3. A garantia dos automóveis, objeto deste Termo de Referência, será de no mínimo **12 (doze) meses**, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento e Contrato.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES:

7.1. Preço unitário e total em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais.

7.2. A Marca, modelo e as especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante exigências editalícias.

7.3. Com todos os equipamentos de uso obrigatório exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro (DENATRAN).

7.4. Inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos ou indiretos.

7.5. Os automóveis oferecidos pela licitante deverão vir com todos os equipamentos de série da categoria ofertada, mesmo que não conste algum item neste Termo de Referência.

7.6. A proposta de preço deverá constar a descrição detalhada dos automóveis, a quantidade solicitada, os valores unitário e total, prazo de validade de 60 (sessenta) dias.

8. ENTREGA: PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

8.1. Prazo de entrega: em até 30 (trinta dias) dias após a assinatura do contrato/recebimento do empenho.

8.2. Local da entrega dos automóveis: A entrega dos objetos da licitação deverá ser realizada mediante agendamento e com o Almoxarifado Central do Município no endereço abaixo especificado ou por ele determinado;

- Universidade Federal do Pará – Campus Soure/PA
- Telefone para Contato nº +33 7 84 41 43 28 – c/ Paula Arruda

9. DO RECEBIMENTO DOS AUTOMOVEIS:

9.1. Na entrega dos automóveis serão vistoriados por servidor do órgão requisitante, que acompanhados de um representante da fornecedora, farão a conferência das especificações e da integridade dos automóveis entregues.

9.2. Caso sejam constatadas irregularidades, o fiscal emitirá documento relatando as alterações, que deverão ser sanadas no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da emissão do Termo de Referência, sob pena de multa.

9.3. A nota fiscal deverá constar as seguintes informações:

9.3.1. Valor unitário do automóvel;

9.3.2. Marca e modelo do automóvel entregue;

9.3.3. Período de garantia dos automóveis;

9.3.4. Número da nota de empenho e do processo de compra;

10. DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. Os automóveis oferecidos deverão ser novo, zero quilômetro e estar (em) em fase normal de fabricação na data da entrega, e em conformidade com a legislação.



Instrumento Convocatório de Processo de Seleção nº 90012/2026
Abertura: / /2026, às 10h
UASG: 925848

d) Garantia do veículo ofertado: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, contados da entrega definitiva e aprovação pela coordenação do convênio solicitante.

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	Preço unitário	Preço total

Assinatura do Representante Legal.

ANEXO III MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A **FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Cidade Universitária “Prof. José da Silveira Netto”, na Rua Augusto Correa, s/n, Bairro do Guamá, Belém - Pará, CEP. 66.075-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.572.870/0001-59, doravante denominada **COMPRADORA**, neste ato, representada pelo seu Diretor Executivo, Prof. Dr. **ROBERTO FERRAZ BARRETO**, reconduzido pela Portaria do Magnífico Reitor da UFPA nº 2594/2022, de 20/07/2022, e de outro a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada em [endereço], Cidade/UF, CEP xx.xxx-xxx, inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, doravante denominada **VENDEDORA**, neste ato, representada pelo **Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE COMPRA E VENDA**, que se regerá pelos termos do Instrumento Convocatório de Seleção Pública de Fornecedores Nº 90012/2026, do Termo de Referência, do Decreto nº 8.241/2014, da Lei nº 14.133/2021 e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a **compra e venda de 01 (um) veículo automotor tipo caminhonete cabine dupla, zero quilômetro, com tração 4x4**, destinado ao atendimento das demandas do Plano de Trabalho do Projeto nº 5720 UFPA/FADESP/CRDH – MARAJÓ (CONTRATO 127/2024).

1.2 O presente contrato será regido conforme as especificações técnicas e as demais condições descritas no Instrumento Convocatório de Seleção Pública de Fornecedores Nº 90012/2026 e no Termo de Referência, que integram este instrumento como partes indissociáveis e vinculantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 Pela compra do bem descrito na Cláusula Primeira, a **COMPRADORA** pagará à **VENDEDORA** o valor global de **R\$ XXXX,XX (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, nele incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento do veículo, tais como tributos, taxas, seguros, frete, emplacamento, licenciamento e demais encargos incidentes.

2.2 O pagamento será realizado **em parcela única**, após a entrega do veículo, com o recebimento definitivo pela **COMPRADORA**.

2.3 O pagamento será feito mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente certificada ao Setor de Pagamento da FADESP e em até 10 (dez dias) úteis após a aprovação formal da Nota Fiscal, pela FADESP e pela coordenação do Projeto.

2.4 A devolução de documento fiscal para correção não suspenderá o prazo contratual de entrega, nem implicará ônus adicional à **COMPRADORA**.

2.5 O pagamento ficará condicionado à comprovação, quando aplicável, da regularidade fiscal e trabalhista da **VENDEDORA**, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A despesa com a execução do presente contrato correrá à conta do seguinte recurso: Projeto nº 5720 UFPA/FADESP/CRDH – MARAJÓ (CONTRATO 127/2024); Rubrica: Equipamento e Material Permanente (44.90.52).

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 A **COMPRADORA** obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento ajustado, na forma e nos prazos previstos neste contrato;
- b) Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto;
- c) Acompanhar e fiscalizar a entrega do veículo, por meio de fiscal designado;
- d) Rejeitar o recebimento do veículo que não esteja em conformidade com as especificações contratuais e do Termo de Referência;
- e) Comunicar formalmente à **VENDEDORA** a ocorrência de falhas, defeitos ou irregularidades;
- f) Outras decorrentes do presente Contrato.

4.2 A **VENDEDORA** obriga-se a:

Responsabilizar-se pela entrega do objeto deste contrato, obedecendo ao Instrumento Convocatório de Seleção Pública de Fornecedores Nº 90012/2026 e ao Termo de Referência, que integram o presente contrato;

- a) Entregar o veículo em até **30 (trinta) dias corridos** da assinatura deste instrumento;

- b) Arcar com todos os custos relativos à legalização do veículo, incluindo registro, emplacamento, licenciamento e seguros obrigatórios;
- c) Responder por vícios, defeitos ou desconformidades, procedendo à correção ou substituição do bem, nos prazos estabelecidos;
- d) Prestar assistência técnica durante todo o prazo de garantia, conforme exigido;
- e) Não transferir a outrem, por qualquer forma, as obrigações a ela impostas neste instrumento;
- f) Fornecer, por escrito, toda e qualquer informação sobre objeto deste contrato, quando solicitada pela **COMPRADORA**;
- g) Indicar o preposto e seu substituto, com seus respectivos telefones e e-mails, que ficarão responsáveis pelos esclarecimentos e dúvidas;
- h) Responsabilizar-se pelos danos causados à **COMPRADORA** ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo na execução deste contrato;
- i) Assumir, sob sua exclusiva responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas, seguros e multas consequentes do não cumprimento dessas e qualquer ônus fiscal de origem federal, estadual e municipal, qualquer responsabilidade judicial ou extrajudicial que lhe seja imputável, inclusive em relação a terceiros e todas as operações auxiliares ou complementares necessárias ao seu uso;
- j) Outras decorrentes do presente Contrato.

4.3 Caso a **COMPRADORA** seja autuada, notificada, intimada ou condenada em razão do não cumprimento, em época própria, de qualquer obrigação atribuível à **VENDEDORA**, seja de natureza ambiental, fiscal, ou de qualquer outra espécie, assistir-lhe-á o direito de cobrar da **VENDEDORA** as quantias que lhe forem imputadas com os acréscimos legais, servindo este instrumento como título executivo extrajudicial.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela **VENDEDORA** sujeitá-la-á, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência, nas hipóteses de irregularidades de menor gravidade que não comprometam o fornecimento;
- b) Multa moratória de até **0,5% (meio por cento) do valor global do contrato por dia de atraso** na entrega do veículo, limitada a 10% (dez por cento);
- c) Multa compensatória de até **10% (dez por cento) do valor global do contrato**, na hipótese de fornecimento em desacordo com as especificações;

- d) Multa compensatória de até **20% (vinte por cento)** do valor global, em caso de inexecução total;
- e) Impedimento de licitar e contratar com a **COMPRADORA**, nos termos da legislação aplicável;
- f) Declaração de inidoneidade, nos casos legalmente previstos.

5.2 Considerar-se-á atraso grave ou descumprimento contratual relevante a indisponibilidade injustificada do sistema, a não correção de falhas críticas ou o descumprimento continuado das obrigações contratuais por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis.

5.3 As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observada a gravidade da infração e o disposto na Lei nº 14.133/2021.

5.3 A multa aplicada poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **COMPRADORA** à **VENDENDORA** ou, quando não houver créditos suficientes, cobrada judicialmente, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, mediante comunicação formal e motivada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.2 Constituem, em especial, motivos para rescisão contratual:

- a) O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, especialmente quanto aos prazos, às especificações técnicas e aos limites de escopo definidos no Termo de Referência;
- b) A não entrega do veículo no prazo ajustado;
- c) O fornecimento de bem em desconformidade com as especificações técnicas;
- d) O descumprimento das obrigações de garantia e assistência técnica;
- e) Razões de interesse público devidamente justificadas.

6.3 A rescisão não eximirá a **VENDENDORA** da responsabilidade por prejuízos causados à **COMPRADORA**, nem do pagamento das penalidades eventualmente aplicáveis, assegurada a apuração de perdas e danos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O presente contrato vigorará, a partir da data de assinatura, pelo período de **03 (três) meses**.

7.2 O prazo contratual poderá ser prorrogado, a critério da **COMPRADORA**, conforme dispõe o art. 28, do Decreto nº 8.241/2014.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

8.1 A **VENDEDORA** garante o veículo objeto deste contrato pelo prazo mínimo de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir do recebimento definitivo pela **COMPRADORA**.

8.2 Durante o período de garantia, a **VENDEDORA** obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, quaisquer peças, componentes ou sistemas que apresentem defeitos de fabricação ou funcionamento inadequado.

8.3 A assistência técnica deverá ser prestada conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional à **COMPRADORA**.

8.4 Em caso de substituição do veículo, o novo bem manterá o prazo de garantia originalmente concedido.

CLÁUSULA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

9.1 A **VENDEDORA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e com as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

9.2 A **VENDEDORA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **COMPRADORA** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **VENDEDORA** desta cláusula quanto à proteção e uso de dados sensíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

10.1 Por força deste instrumento, todas e quaisquer informações reveladas, transmitidas e/ou divulgadas, por quaisquer meios (oral, escrito, mecânico, eletrônico ou magnético), por uma das partes à outra, serão consideradas sigilosas, sendo ambas as partes obrigadas a manter sigilo sobre todos os dados levantados,

bem como os resultados transformados em laudos, em qualquer época, sob pena de sofrer as sanções legais pertinentes à quebra do sigilo.

10.2 A VENDENDORA responsabiliza-se pela reparação de perdas e danos decorrentes da violação desta obrigação, responsabilidade esta que subsistirá após o término do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO

11.1 As partes, por seus representantes, obrigam-se a cumprir, e fazer cumprir, as normas, regras e procedimentos administrativos destinados a regulamentar a contratação direta ou indireta com a Administração Pública, comprometendo-se em inibir, combater e, por todos os meios razoáveis, evitar a prática de ações de corrupção, por seus representantes legais, funcionários e prepostos, bem como reprimir comportamentos similares, observando fielmente a disciplina contida na Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), regulada pelo Decreto nº 8.420/15.

11.2 No caso de descumprimento do disposto nesta cláusula por parte da **VENDENDORA**, inclusive por atos praticados por seus representantes legais, empregados ou prepostos, esta será a única e exclusiva responsável por todas as consequências legais, administrativas, civis e/ou penais decorrentes, obrigando-se a ressarcir integralmente a **COMPRADORA** por quaisquer prejuízos, multas, condenações, custos ou despesas que esta venha a suportar. Fica, ainda, assegurado à **COMPRADORA** o direito de regresso contra a **VENDENDORA**, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades contratuais e legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONFORMIDADE COM NORMAS E POLÍTICAS DA FADESP

12.1 A **VENDENDORA** declara ter lido, compreendido e concordado integralmente com os termos do Programa de Integridade, do Código de Conduta, da Política Antinepotismo e Prevenção ao Conflito de Interesses, e da Política Anticorrupção e Relacionamento com o Setor Público da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), disponibilizados no endereço eletrônico: https://portalfadesp.org.br/?page_id=41557.

12.2 A **VENDENDORA** se compromete a observar rigorosamente os princípios, diretrizes e regras estabelecidos nesses documentos durante a execução do contrato, responsabilizando-se por eventuais descumprimentos que possam gerar sanções contratuais, administrativas e legais.

12.3 Caso a **VENDENDORA** tenha conhecimento de qualquer situação que possa caracterizar violação às referidas normas e políticas, deverá comunicar imediatamente à **COMPRADORA** para as providências cabíveis.

12.4 A inobservância desta cláusula poderá resultar na rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

13.1 Não haverá vínculo empregatício entre o pessoal da **VENDENDORA** e a **COMPRADORA**, tampouco responsabilidade solidária ou subsidiária, na hipótese de eventual descumprimento de obrigações previdenciárias e trabalhistas pela **VENDENDORA** relativa ao seu pessoal envolvido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1 Qualquer modificação que afete os termos, condições ou especificações do presente Contrato deverá ser objeto de alteração por escrito, mediante a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA NOVAÇÃO

15.1 A tolerância entre as partes em relação ao cumprimento das obrigações constituirá sempre mera liberalidade, não ensejando, em qualquer tempo e título, motivo ou precedente alegável ou invocável para justificar o descumprimento de obrigações contratualmente assumidas, não caracterizando, sob qualquer forma, novação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 As partes elegem desde já o foro da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências porventura suscitadas em torno deste contrato, em renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, de pleno acordo com todas as cláusulas e condições estipuladas, assinam o presente instrumento particular, juntamente com duas testemunhas, para os fins de direito.

Belém/PA, de de 2026.

Pela COMPRADORA:



Prof. Dr. ROBERTO FERRAZ BARRETO

Diretor Executivo da FADESP

Pela VENDENDORA:

Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: